

Relações Luso-Espanholas neste Início de Século. Aonde chegámos e que futuro queremos?

É necessário pensar estrategicamente o nosso relacionamento bilateral com Espanha. De facto, as nossas relações com Espanha são talvez as mais complexas de todo o relacionamento que Portugal mantém com o seu exterior. Por factores históricos conhecidos.

Creio que é para todos patente que vivemos um excelente momento no relacionamento bilateral. Mas queria procurar apresentar aqui algo mais do que os habituais lugares comuns sobre a excelência das relações luso-espanholas e tentar “ver para lá do espelho”, transmitindo-vos aquilo que é a minha reflexão e análise, baseada na experiência de 15 meses como Embaixador em Madrid. Julgo ser esse o exercício que vale a pena fazermos.

Devo dizer que não é fácil. Eu próprio, confesso, que há cerca de um ano, tive, a dado momento, uma certa “angústia”. Depois de falar com inúmeros responsáveis políticos portugueses e espanhóis e de todos, sem excepção, me dizerem que as relações entre Portugal e Espanha eram excelentes, magníficas, que não havia qualquer problema ou dificuldade relevante, dei por mim a pensar: mas então que vou fazer para Madrid? Descansar? Gozar umas férias forçadas? Hoje, decorrido mais de um ano, sei que não é assim, que nem tudo está bem, que há muito a fazer e penso que é necessário pensar estrategicamente o nosso relacionamento bilateral com Espanha.

De facto, as nossas relações com Espanha são talvez as mais complexas de todo o relacionamento que Portugal mantém com o seu exterior. Por factores históricos conhecidos. Por factores geográficos, já que é o único país com o qual temos fronteiras terrestres — recorde, a propósito, a célebre frase de Bismarck de que “*em política pode alterar-se tudo, excepto a geografia*”. Por razões políticas, uma vez que o que se passa num dos dois países condiciona — sempre condicionou — e influencia a acção política no outro. Por razões económicas, dada a dimensão de Espanha e a progressiva integração económica que se vive sobretudo desde 1986. Por razões culturais, já que Espanha e o mundo hispânico são potentes produtores e irradiadores de cultura.

Um antecessor meu nestas funções, Victor Cunha Rego, escreveu nos anos 70 que “...Espanha é o maior problema internacional português. Por isso sabiamente o melhor é falar dele o menos possível...”. Frase e atitude muito portuguesas — não falar faz o problema desaparecer. Hoje está ultrapassado este tipo de pensamento em relação a Espanha, que partia de premissas de grande desconfiança, da ideia de que gerir o relacionamento com Madrid constituía um desafio temível, uma espécie

de equivalente diplomático da quadratura do círculo. Estamos muito longe destes tempos e, pelo contrário, sou de opinião que devemos reflectir e falar de Espanha e Portugal o mais possível para melhor identificar os nossos interesses, caminhos, soluções e formas de aprofundar o nosso conhecimento recíproco.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESPANHA DO PRESENTE

Antes de falar sobre o estado presente das relações bilaterais, talvez seja útil uma breve síntese telegráfica sobre o que é a Espanha em 2010. Estamos a falar de um país com 504.000 Km², mais de 5 vezes a área de Portugal e com 46 milhões de habitantes, 4 vezes e meia a população portuguesa. Que é a 8ª economia do mundo em termos de PNB, 1.049.051 Meuros, mais de 6 vezes o produto português. O PIB per capita espanhol está em 102,6% em relação à média da UE, 25 pontos mais do que o português (que está em 77%). O orçamento geral do Estado espanhol ascende a 443, 172 mil milhões, mais de 6 vezes o orçamento português. O desemprego em Espanha aproxima-se dos 20%, quase o dobro do nosso. Espanha tem hoje cerca de 133 mil militares no activo, face aos 40 mil de Portugal (mais de 3 vezes a dimensão das nossas FA's).

Percorridas as estatísticas, gostaria de falar-vos um pouco sobre algumas das grandes questões políticas e debates presentes na sociedade espanhola. Atente-se que nenhum deles é para nós uma questão puramente teórica, pois todos têm influência no nosso relacionamento bilateral.

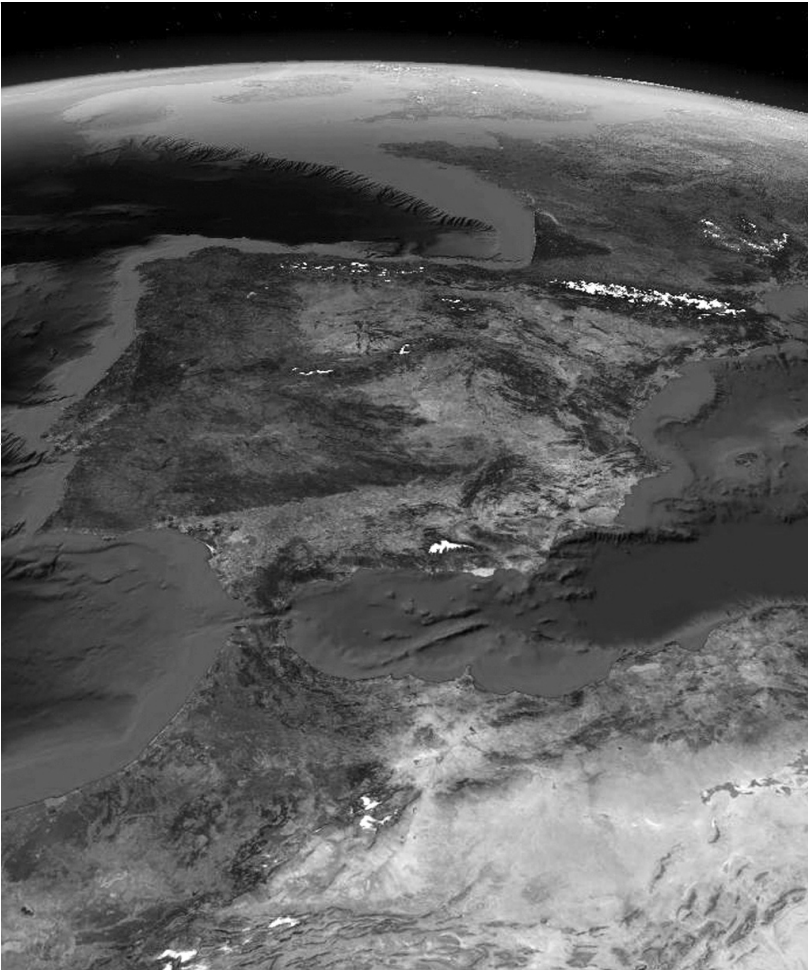
Começaria pelo debate autonómico, que tem dominado, como nenhum outro, a vida política espanhola nos últimos anos, suscitando paixões contraditórias e polémicas infundáveis. A Constituição espanhola de 1978 e os Estatutos das Autonomias, fruto de princípios pactados entre as principais forças políticas no quadro do processo de transição política pós-Franco, criaram o “Estado autonómico”, que é uma realidade concreta, pujante e complexa.

As transferências de poderes e competências do Estado central para os Governos regionais são vastíssimas e muito profundas. Na realidade, Espanha é hoje, em larga medida, um Estado federal e inclusivamente, por vezes, quando atentamos nalguns dos seus actores políticos, parece a caminho de uma confederação. Isso explica, em parte, que os seus sucessivos Governos e a sociedade espanhola aceitem, desde sempre e muito mais que



POR ÁLVARO MENDONÇA E MOURA

EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM ESPANHA



os portugueses, a ideia de um modelo federalista europeu.

Assumindo, neste domínio como noutros, uma clara ruptura com o consulado de Aznar e com as tensões que marcaram o relacionamento entre Madrid e as autonomias, Zapatero fez da normalização e do aprofundamento do processo autonómico um objectivo prioritário do seu Governo, iniciando um exercício politicamente muito difícil, gerador de enormes tensões a outro nível e com uma dinâmica imprevisível. O processo ainda não terminou — se é que alguma vez terminará — aguardando-se, há três anos, uma decisão do Tribunal Constitucional sobre o novo Estatuto da Catalunha.

As questões sociais e de costumes assumiram também, nestes últimos anos, uma grande centralidade na vida política espanhola, sendo actualmente muito importantes para a caracterização política e plena compreensão do nosso vizinho.

Trata-se daquilo a que se poderia designar por “*dimensão geracional*”. Zapatero e a maior parte dos que o rodeiam já não conheceram as fases mais duras da ditadura, uma vez que eram demasiado jovens em 1975; ou seja, os seus termos de referência são muito diferentes dos daqueles que cresceram politicamente sob o regime franquista e asseguraram a transição para a democracia. Têm reflexos políticos diferentes e uma postura mais ideológica, a que não falta um certa visão “messiânica” traduzida na ambição de protagonizar uma “segunda transição” e de moldar uma nova sociedade e um novo Estado, mais igualitário e mais laico.

Inscrevem-se nesta linha, entre outros, a reabertura do processo autonómico, a eliminação dos símbolos franquistas, a reabilitação histórica da II República, uma nova abordagem das problemáticas basca e catalã, um certo e assumido confronto

com a Igreja Católica, o casamento dos homossexuais, a simplificação dos procedimentos do divórcio, a revisão do apoio ao ensino religioso na escola pública, a legalização massiva dos imigrantes clandestinos e toda uma nova geração de políticas sociais, sendo emblemática a lei da dependência.

Todo este processo ressuscitou, de certa forma, a ideia das “duas Espanhas”: uma progressista, querendo estar na vanguarda mundial em matéria cultural ou de costumes e desejando e assumindo rupturas e outra, mais conservadora, tradicional e religiosa, que rejeita totalmente a primeira, considerando que a governação de Zapatero atenta contra os valores fundadores da identidade espanhola e rompe os equilíbrios sabiamente conseguidos no período de transição e consignados na Constituição de 78.

Uma breves palavras ainda, pela importância de que se reveste para nós, sobre a política externa espanhola. Aqui talvez vos surpreenda ao dizer que, pese embora o “ruído” e as diferenças de forma e estilo, há muito mais continuidade do que pode parecer.

Vejam.

O objectivo estratégico é o mesmo de há muito, mantém-se aliás imutável desde a segunda legislatura de Filipe González (1986) — a entrada da Espanha na “primeira divisão das relações internacionais”. De facto, a postura de Adolfo Suárez e o início da governação de González foram marcados pelo imperativo de “regresso à cena internacional” depois de décadas de relativo isolamento.

A partir de meados dos anos 80, os sucessivos Governos espanhóis, partindo do pressuposto que a economia espanhola está entre as 10 maiores do mundo e o castelhano entre as línguas mais faladas, ambicionam um lugar entre as grandes potências mundiais que permita a Madrid ter uma palavra a dizer sobre as grandes questões internacionais. González e, mais assumida e descomplexadamente, Aznar enunciaram o objectivo de entrar para o G8. Zapatero, por seu lado, anunciou — e conseguiu — a entrada de Espanha no G20, fórum porventura mais importante que o G8, pelo menos no que respeita à “governança” das matérias verdadeiramente globais como a economia ou as alterações climáticas.

Encontramos também continuidade no voluntarismo, característica aliás muito castelhana, com que traçam objectivos e fazem pronunciamentos grandiosos, próprios das grandes potências, e a posterior e recorrente necessidade de redimensionar e ajustar esses desejos à dura realidade dos factos — é que a Espanha, sendo indubitavelmente um país relevante na cena internacional, não é ainda uma grande potência, nem mesmo dentro da UE.

As diferenças são basicamente duas.

Em primeiro lugar e pela negativa, a vontade, quase obsessiva, de contrastar com Aznar — a retirada do Iraque, a aposta no Afeganistão, o multilateralismo, a ajuda ao desenvolvimento, África ou a Aliança das Civilizações. Em segundo lugar e pela positiva, um certo “*back-to-basics*” ou realinhamento com a ortodoxia, largamente definida nos anos de Felipe González, em que predomina a atenção dedicada aos espaços tradicionais e mais consensuais em Espanha: a União Europeia, a América Latina e o Mediterrâneo/Médio Oriente.

AS RELAÇÕES BILATERAIS NO PRESENTE. AONDE CHEGAMOS?

A resposta a esta pergunta é que chegámos longe, muito longe! Diria mesmo que, com a democracia e com a adesão conjunta à Europa, consolidámos as relações políticas, que atingiram, nos últimos 25 anos, um patamar de excelência, independentemente

da cor dos sucessivos Governos dos dois países. Resolvemos, em grande parte, as insuficiências em infraestruturas que muito dificultavam as relações económicas bilaterais. Evoluímos, no contexto do mercado único europeu, para um mercado crescentemente integrado na Península Ibérica. Desenvolvemos formas avançadas de cooperação como o mercado da electricidade e do gás, iniciativa precursora na Europa, a cooperação transfronteiriça ou os projectos conjuntos como o Centro de Nanotecnologia de Braga e o futuro Centro Ibérico para as Energias Renováveis de Badajoz.

Vejamos alguns números para melhor percebermos a actual realidade.

- No comércio externo, Espanha é o nosso primeiro cliente (recebe 26.7% das nossas exportações) e o nosso principal fornecedor (30% das nossas importações). Espanha dirige para Portugal 9.06% do total das suas exportações. Só a França (18.9%) e a Alemanha (10.09%) nos antecedem e Espanha exporta tanto para Portugal como para todo o continente americano no seu conjunto, o que dá bem a ideia da importância do “factor Portugal” para a economia espanhola; e esta é uma constante da última década. A nossa balança comercial é claramente deficitária, tendo uma taxa de cobertura de cerca de 55% — a título de curiosidade em 1985 era de 70%. Importa aqui reter, como dado positivo que a balança tecnológica pende a nosso favor, consistentemente, desde 2007.

- Em 2008, Portugal investiu em Espanha 1.604.418 milhões de euros, enquanto o investimento espanhol em Portugal atingiu 4.365.543.

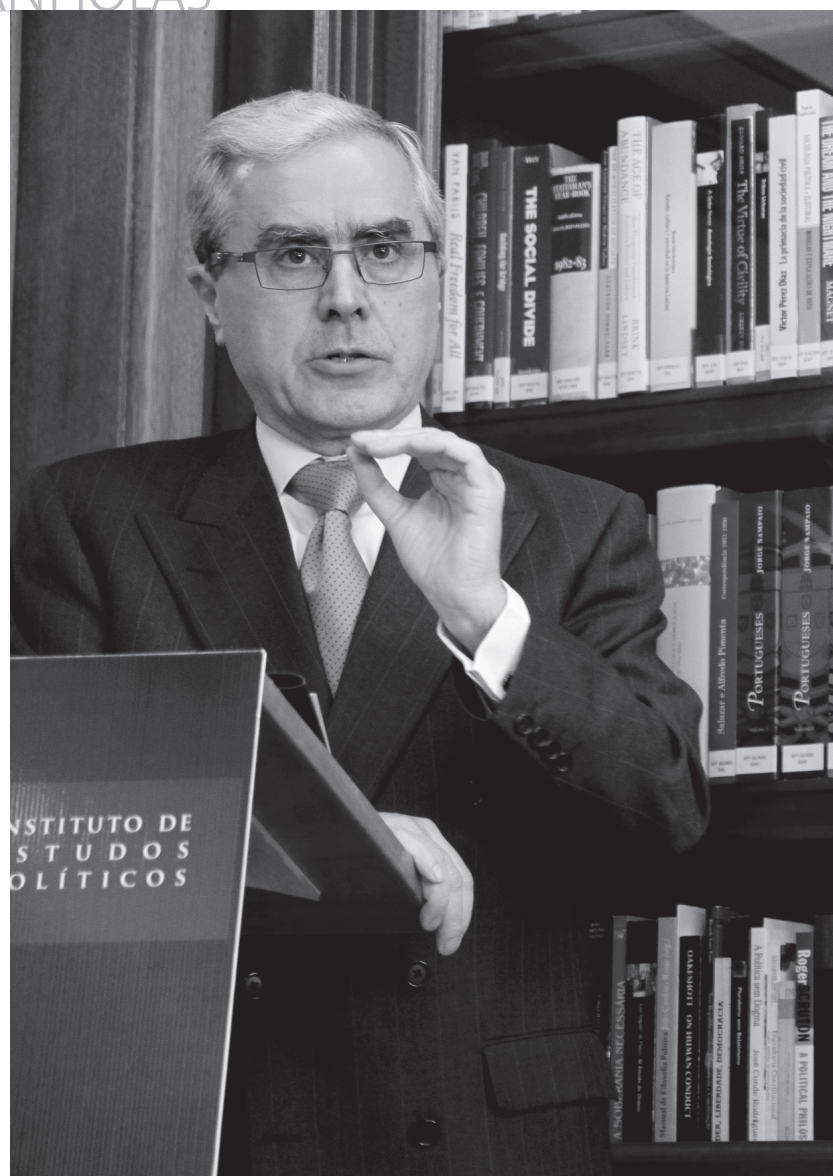
- No que se refere à presença empresarial, existem cerca de 3 mil empresas espanholas em Portugal, face a cerca de 400 empresas portuguesas em Espanha;

- No turismo, Espanha é já o segundo emissor de turistas para Portugal — a seguir ao RU. Os últimos números comparáveis são relativos a 2007, e indicam a entrada de cerca de 2.660.756 espanhóis em Portugal e 2.240.395 portugueses em Espanha; também nas despesas de portugueses em Espanha e nas receitas geradas por espanhóis em Portugal (em torno dos mil milhões de euros) os números se equivalem.

- Na sector bancário, os Bancos portugueses representam menos de 2% do número de balcões existentes no mercado bancário espanhol, enquanto os bancos espanhóis representam cerca de 22% dos balcões presentes em Portugal

- Existem, neste momento, cerca de 80 ligações aéreas diárias

O futuro das relações entre Portugal e Espanha não se afasta muito da matriz que determinou o seu passado: partilha do mesmo espaço geográfico, projecção e afirmação no exterior e procura de equilíbrios no plano bilateral. Mas somos nós, obviamente, os mais interessados nesse exercício. Não serão Madrid ou Bruxelas a dar as respostas que precisamos.



entre Portugal e Espanha.

- Vivem em Espanha cerca de 120 mil portugueses face aos cerca de 20 mil espanhóis em Portugal;

- No sector cultural, realizaram-se, em 2009, cerca de 125 actos culturais portugueses, face a cerca de 35 actividades culturais espanholas em Portugal.

- No ensino superior, assistimos a uma enorme mobilidade dos estudantes através do programa Erasmus: no ano lectivo 2007/08 recebemos 1450 estudantes espanhóis e Espanha acolheu 1259 estudantes portugueses.

- Na cooperação transfronteiriça, só em fundos europeus foram afectados 354 milhões de euros em seis anos (2007-13); um dos seus projectos estruturantes e mais simbólico é o Centro Internacional de Nanotecnologia, com sede em Braga, planeado para acolher 200 cientistas de todo o mundo e 100 estudantes de doutoramento; o projecto de um centro conjunto na área das energias renováveis em Badajoz constituirá também uma aposta financeiramente importante e numa área de grande potencial.

Julgo que estamos perante um caso único; certamente o é na nossa História. A intensidade das nossas relações com Espanha e o seu valor estratégico não têm paralelo com as que mantemos com qualquer outro país; e o mesmo acontece com Espanha. Nem mesmo as suas relações com França atingem o nível de intensidade das que connosco mantêm.



Raros serão os temas que escapam, hoje em dia, às relações luso-espanholas e o seu âmbito tende a crescer, abarcando aquilo a que poderíamos chamar a agenda internacional dos inícios do século XXI: a ciência, a inovação, a sociedade do conhecimento, as estratégias energéticas, o ambiente e a gestão da água, os recursos marítimos, a saúde, a prevenção e o combate aos fogos florestais, o terrorismo e a criminalidade organizada, a imigração ilegal; e obviamente a Europa, projecto político em que estamos comumente empenhados e cujos princípios, valores e objectivos defendemos em conjunto.

Mas, para além da sua intensidade, as relações luso-espanholas têm, a meu ver, duas outras características que as distinguem especialmente. Em primeiro lugar, o facto de muitos dos temas que tratamos - espanhóis e portugueses - não fazerem já parte do que seria a agenda internacional de um e outro Estado, mas antes constituírem elementos das agendas internas de cada Governo que têm que ser geridas em comum - veja-se a questão dos rios internacionais, o mercado ibérico da energia com a questão das tarifas ou as conexões ferroviárias da alta velocidade ou de mercadorias. O segundo aspecto distintivo é o impacto directo que a evolução destas relações têm para a vida dos cidadãos, num e noutro país, de um e outro lado da fronteira.

Não é por acaso que existe uma particular atenção dos media portugueses a tudo o que tem a ver com Espanha e, embora em

menor escala, da imprensa espanhola por Portugal. Acresce a tudo isto não só a percepção clara da existência de interesses comuns, mas também uma grande alteração de mentalidades e atitudes recíprocas.

QUE FUTURO QUEREMOS (QUE E COMO FAZER)?

Entraria agora num capítulo mais analítico.

Aqui chegados e sublinhe-se que, de um forma geral, entendo como absolutamente extraordinário o caminho percorrido, julgo ser necessário pensar mais cuidada e profundamente o futuro.

No essencial, o futuro das relações entre Portugal e Espanha não se afasta muito da matriz que determinou o seu passado: partilha do mesmo espaço geográfico, projecção e afirmação no exterior e procura de equilíbrios no plano bilateral. Mas somos nós, obviamente, os mais interessados nesse exercício. Não serão Madrid ou Bruxelas a dar as respostas que precisamos.

Não é, no entanto, fácil este pensar o futuro porque a ideia de que está tudo bem está muito enraizada, sobretudo no pensamento e discurso político, mas é, na minha opinião, fundamental. E apesar de nos dedicarmos diária e afincadamente a uma espécie de desporto nacional que é o pessimismo e à ideia de que Portugal é inviável, eu prefiro recordar Pessoa quando na Mensagem nos define: “o português é um militante da impossibilidade”. A verdade é que sempre o fomos e há nove séculos que nos superamos.

Naquele exercício, para nos ajudar a pensar Portugal e Espanha, temos que recorrer a chaves que nos ajudem a decifrar as dinâmicas das relações peninsulares.

Em primeiro lugar e conforme verificamos através de boa parte dos indicadores que vos referi, quando falamos de Espanha não podemos esquecer o factor dimensão - estamos quase sempre a falar de ou a enfrentar algo que é 5 ou 6 vezes maior do que nós. Este aspecto é muito importante, designadamente para evitar comparar o que não comparável ou conduzir, sem justificação, a estados de alma depressivos. Existem aliás outros casos com semelhanças na Europa, como a Alemanha em relação à Holanda ou à República Checa e a França em relação à Bélgica.

Como segunda chave interpretativa, convém ter presente que na Península Ibérica coexistem três mapas:

- Um mapa político, onde cabem dois Estados - não falemos aqui de Andorra - soberanos, independentes e cada um com uma História própria muito marcante;
- Um mapa económico, que é basicamente único, em virtude da quase total integração e interdependência económica;
- Um mapa cultural, mais plural, em que existem, pelo menos, quatro ou cinco unidades distintas: Portugal, a grande mancha central Castelhana, a Galiza, o País Basco, a Catalunha.

Julgo que sem perceber isto é difícil ver e compreender o conjunto. Passemos agora àquilo que penso estar menos bem, começando por elencar alguns domínios concretos onde existem problemas ou onde há ainda muito por fazer, seguindo depois para um plano mais global e estratégico.

Na listagem dos aspectos menos positivos, começaria por sublinhar a vertente económica, onde o “gap” existente nas relações económicas não traduz, em regra, a verdadeira correlação de forças e que se deve - não esquecendo uma certa tendência “proteccionista” dos espanhóis - em grande medida a uma certa falta de agressividade e de ambição da nossa parte, bem como a uma má compreensão do que é o mercado espanhol, esquecendo que, em bom rigor, se trata de 17 mercados, tantos

quantas as comunidades autónomas existentes.

Neste domínio é preciso pensar em Espanha como nosso mercado doméstico. Tendo em conta a realidade da imensa maioria das nossas empresas, temos de definir estratégias que passem por entrar no mercado vizinho através de uma ou duas comunidades e só num segundo momento expandir para outras parcelas do território espanhol. E é também fundamental estabelecer parcerias empresariais com os espanhóis, ou mesmo comprar empresas espanholas, por forma a facilitar a entrada naquele mercado e a dotar as nossas empresas de uma dimensão peninsular. Mas, e sublinho este ponto, as empresas e empresários portugueses têm também que ser mais exigentes com o nosso poder político e com a nossa administração, pedindo que as ajudem a criar condições para operarem em condições de igualdade no mercado espanhol.

Recordo, a este propósito, o problema dos concursos públicos na construção civil, área em que as grandes empresas espanholas entram com grande facilidade em Portugal, tendo nos últimos anos ganho concursos com montantes estimados grosseiramente em mais de 6 mil milhões de euros, enquanto as empresas portuguesas não conseguem ganhar um concurso, repito, um concurso em Espanha. Este exemplo, paradigmático e inaceitável, reflecte bem a necessidade de Estado e empresas articularem esforços e estratégias para alterarem esta situação. Mas o que realmente me surpreende e, mais do que isso, me preocupa, é que perante uma tal situação não tenhamos assistido a um clamor por parte dos agentes económicos afectados! Que se passa com os nossos empresários?

Queria ainda deixar uma palavra sobre o turismo, que é um sector de enorme potencial e que, em minha opinião, temos explorado e vendido insuficientemente em Espanha. Temos do Douro ao Alentejo, como em boas partes da nossa Costa, um número suficiente de nichos de qualidade, distintos do que existe em Espanha, que podem proporcionar uma maior captação de turistas espanhóis.

Outra questão a merecer cuidada ponderação é a questão da água e da gestão comum dos rios internacionais e bacias hidrográficas. Em 1998, com a assinatura da Convenção de Albufeira, e mais recentemente, em 2009, com a entrada em vigor do Protocolo Adicional à Convenção, foi dado um grande salto qualitativo para a resolução de um problema que era sério. Em síntese, passou-se do mero controlo dos débitos de água para um conceito de gestão em conjunto das bacias. Estes acordos prevêem mecanismos de consultas entre os dois Estados que são essenciais para Portugal que recebe de Espanha a água que alimenta os seus três grandes rios. Subsistem aqui problemas? Claro que sim. Digo-o sem dramatismos, porque haverá sempre problemas entre países vizinhos, mas é evidente que a água é uma questão crucial para nós.

Neste sentido, a política agrícola espanhola - e a exponencial necessidade de água que implica -, os crescentes transvases em virtude das necessidades agrícolas e da falta de chuva nos últimos anos no centro e sul de Espanha, bem como a progressiva transferência de competências, em matéria de gestão da água, do Governo central para entidades administrativas que gerem as bacias hidrográficas - ou ainda a ameaça de serem transferidas competências para as comunidades autónomas - podem vir a gerar pressões para colocar interrogações à aplicação daqueles Acordos. Há aqui um assunto sério a médio-longo prazo. Portugal tem pois um interesse directo na

evolução do modelo agrícola e porventura turístico espanhol.

O caso da cultura é singular. Não é um problema, mas antes uma área onde é preciso fazer mais e melhor. De facto, em termos de acções e eventos promovidos quer pelas Instituições Públicas, quer pelo simples funcionamento do mercado, nós temos, com a eventual excepção do cinema, uma clara vantagem quantitativa em termos de oferta ao longo do ano. Para além de alguns livros traduzidos, que vendem pouco, e algum cinema não há manifestações culturais espanholas muito relevantes em Portugal. Ora, nossas em Espanha existem e, curiosamente, constata-se uma grande apetência do mercado espanhol pela produção artística em geral (da literatura à música, passando pela pintura, pela arquitectura etc.). Sou disso testemunha. Mas precisamos aqui de fazer mais, muito mais. Em Madrid e em Barcelona, mas também nas comunidades autónomas. É o que estamos a fazer com a Mostra anual de Cultura Portuguesa - a maior do género que fazemos no exterior - mas não é suficiente. Nesta matéria, tal como no campo económico, é preciso olhar crescentemente para Espanha como parte do nosso mercado doméstico com a vantagem de haver aqui mais interesse, mais curiosidade e menos "proteccionismo".

Trouxe aqui este ponto da cultura também porque é instrumental para outra questão que considero estratégica para o nosso relacionamento com Espanha, devendo mesmo constituir um eixo fundamental para um desenvolvimento sustentado das nossas relações com o nosso vizinho. Refiro-me ao conhecimento mútuo. Falta-nos aqui, porventura como em nenhum outro campo, percorrer um longo caminho.

Decerto que não é fácil. Como dizia Fernando Pessoa: "*Todas as Nações são mistérios. Cada uma é todo o mundo a sós*". Utilizando uma linguagem económica, estamos no plano dos invisíveis correntes, mais difíceis de alterar e de contabilizar. Não é fácil inverter os efeitos de séculos de alheamentos, incompreensões, rivalidades e desconfianças. É algo que não se decreta, que não se decide numa Cimeira bilateral. Assistimos hoje a um forte movimento de correcção do anterior distanciamento, como se finalmente a geografia ditasse a sua lei, impondo proximidade onde antes imperavam desinteresses ou desconfianças. Conhecemo-nos, portugueses e espanhóis, certamente melhor, mas de uma forma generalizada continuamos a não nos conhecer bem.

Queremos reforçar as nossas relações com Espanha. Queremos porventura ser ainda mais próximos, mas sem melhorar o conhecimento mútuo será mais difícil progredir. Este objectivo exigirá um esforço contínuo não só de todos os agentes públicos, mas também dos empresários, dos criadores culturais, dos investigadores, dos jornalistas e dos cidadãos em geral.

Tenho dedicado a este assunto uma boa parte do meu tempo e energia. Fomentar o conhecimento e melhorar a nossa imagem em Espanha, ainda tributária de penalizadores e distorcidos défices de conhecimento é prioritário. Por isso me tenho batido pela existência de um grande "Centro Português" em Madrid, onde se concentrem as instituições públicas portuguesas, mas onde também se possa ensinar português e divulgar activamente a cultura portuguesa. Não tenho qualquer dúvida que este grande objectivo, se concretizado, contribuirá para o reforço da imagem da "marca Portugal" em Espanha.

Ainda na área da cultura/conhecimento, mas em sentido mais lato, temos pela frente o grande desafio, a meu ver prioritário,



do apoio à expansão do estudo da língua portuguesa no mundo (260 milhões de falantes; ONU estima serão 360 dentro de 10-15 anos). No caso de Espanha, para além da subordinação a este objectivo genérico, o ensino recíproco das línguas é uma ferramenta essencial para a melhoria do conhecimento entre os dois Povos e para um relacionamento equilibrado e sustentado.

Quando cheguei a Espanha, há pouco mais de um ano, deparei-me com a situação do português não ser disciplina de opção e avaliação curricular em nenhuma, repito, em nenhuma Comunidade Autônoma; e recorro que o Estado português integrara, há já alguns anos, o espanhol como disciplina de opção curricular, suportando assim financeiramente a expansão do espanhol em Portugal. Estamos, finalmente, a corrigir esta situação. Assinámos um Protocolo com o Governo espanhol e estamos a negociar com as Comunidades Autônomas transfronteiriças (já assinámos também com a Extremadura) e com Madrid e Catalunha, com vista a tornar o português língua estrangeira de opção curricular no seu sistema educativo.

Entraria agora nas relações propriamente políticas e numa abordagem mais geral do relacionamento que deve, obviamente, ser pensado politicamente. Com efeito, reconhecendo a força, muitas vezes inelutável, da economia e dos mercados, importa porém garantir o primado da política. Temos de pensar e identificar politicamente os nossos interesses no relacionamento com Espanha e colocar, na medida do possível, as restantes dimensões ao serviço desses interesses e objectivos políticos.

Na área política, as relações estão num patamar de excelência, e vive-se efectivamente um momento único, colocando-se, por vezes, quase no plano da imaginação e da criatividade a questão de encontrar anualmente, em cada Cimeira, algo que seja politicamente relevante, inovador e substantivo.

Do lado espanhol, a filosofia é, neste momento, a seguinte: consolidado o relacionamento político, “esgotada” a vertente infraestruturas (agora com o TGV), não existindo diferendos sérios ou visíveis, Madrid considera ser chegado o momento de “mais e melhor relacionamento”, conceito entendido de forma permanente e sem limites. Por outras palavras, pretendem entrar numa nova fase e pensar criativamente em iniciativas, mas sobretudo em fórmulas que sustentem uma nova estruturação do relacionamento que o coloque num patamar próximo daquilo que é o “Benelux”.

Recordo que responsáveis espanhóis têm falado publicamente, ainda recentemente em Lisboa, na possibilidade de Conselhos de Ministros conjuntos, de dotar as Cimeiras de uma estrutura permanente, de uma voz única na UE, na coordenação da política externa em diversas regiões ou no aprofundamento progressivo do espaço ibero-americano.

Em minha opinião, a questão que se coloca aqui é simples. Queremos ou não ser actores pró-activos neste processo?

Em alternativa, seremos meros espectadores passivos, deixando que a inércia nos conduza, porventura por um caminho sem incidentes, mais fácil no imediato, mas cujo destino final poderá implicar i) uma assimetria crescente, acentuando-se a diferença de desenvolvimento económico e social dos dois lados da fronteira, ii) uma perda de importância relativa – no quadro peninsular, mas também face ao exterior, sendo Portugal olhado como um submercado de uma subregião – a Península Ibérica), iii) e uma consequente progressiva subalterização política e cultural ou mesmo diluição face à Espanha

e ao espaço hispânico (atente-se às dinâmicas da Conferência Ibero-Americana).

Um exemplo interessante de ambiguidade construtiva é o nosso relacionamento com as autonomias. Os sucessivos Governos portugueses têm tido posições prudentes no sentido em que asseguram uma relação formal e privilegiada com Madrid, mas mantendo algum pragmatismo nas relações com as autonomias e impulsionando as relações económicas e a cooperação transfronteiriça.

É evidente que para todas estas autonomias, umas por razões mais políticas, outras mais económicas, a relação com Portugal é um elemento importante quer na sua sustentação político-económica, que no seu posicionamento estratégico face ao poder central de Madrid.

Em meu entender, Portugal deve prosseguir a sua política de reforço das relações com as Autonomias. Há muito a ganhar, sobretudo no plano económico. Mas não o deve fazer caindo na excessiva bilateralização desse relacionamento. Santiago Compostela e Valladolid não são politicamente a mesma coisa que Lisboa. Esta prudência não se prende com eventuais receios de Madrid, mais visíveis no caso da Catalunha, mas sim para evitar a nossa desvalorização e diluição, surgindo como mais uma autonomia a tratar com outras autonomias

Não quero aqui significar qualquer ideia anacrónica ou qualquer ressentimento em relação Espanha, bem pelo contrário. Mas em relação com a actual filosofia espanhola acima referida, quero simplesmente dizer-vos que, por um lado, na nossa tradicional matriz de relacionamento com Espanha existe uma nova variável com 25 anos de idade – a União Europeia. Ora esse projecto europeu que partilhamos é o espaço político onde se construirá o nosso destino comum; e a UE é também a única união política que queremos e para a qual caminhamos no exactos termos previsto no Tratado de Lisboa.

Por outro lado, recordo a necessidade de manter presentes os três mapas da Península Ibérica e de tudo fazer para os preservar tal como hoje os conhecemos. Nada beneficiaremos com a sua alteração – nem política, nem económica e socialmente, nem culturalmente.

A construção de uma desejada maior proximidade entre Portugal e Espanha deve antes ser sustentada num sólido conhecimento recíproco e por um contributo conjunto para a construção de uma Europa política onde todos seremos mais fortes. ●

Conferência do Embaixador de Portugal em Espanha, na Universidade Católica, em Lisboa, a 28 de Janeiro de 2010.

Portugal deve prosseguir a sua política de reforço das relações com as Autonomias. Há muito a ganhar, sobretudo no plano económico. Mas não o deve fazer caindo na excessiva bilateralização desse relacionamento. Santiago Compostela e Valladolid não são politicamente a mesma coisa que Lisboa